

COMUNIDADES DE PRÁTICAS VIRTUAIS DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

VIRTUAL PRACTICE COMMUNITIES OF THE ADMINISTRATIVE TECHNICIANS IN EDUCATION OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Jacqueline de Castro Rimá
UFPB
Joana Coeli Ribeiro Garcia
UFPB
Maria das Graças Targino
UFPI

RESUMO

Apresenta-se a comunidade de prática virtual “Gestão Pública dos Técnicos Administrativos em Educação” (GPTAE) como um grupo que amplia e desenvolve conhecimentos entre os componentes oriundos de várias regiões e vinculados a diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Trata-se de estudo de caso, realizado por meio de pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, com abordagem qualitativa e uso de netnografia. Os resultados atestam extrapolação da comunidade de prática virtual. As ações saem do campo virtual e se materializam como consequência da união e do engajamento dos envolvidos. Infere-se que a comunidade GPTAE preocupa-se com o aprendizado coletivo, com a atualização e a gestão dos conteúdos gerados e disseminados entre seus integrantes, como também incentiva o compartilhamento de conhecimentos através de editais anuais para publicação de *electronic books* (*e-books*).

Palavras-chave: Comunidades de práticas virtuais. Comunidades de práticas. CoP. Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação. Equipe GPTAE.

ABSTRACT

The virtual practice community "Public Management of Administrative Technicians in Education" (GPTAE) is presented in the light of virtual practice communities as a group that, using this strategy, broadens and develops knowledge among the components from different regions and linked to different Brazilian higher education institutions (IES). It is a case study, carried out through documentary, bibliographic research and participant observation, with qualitative approach and use of netnography. The results attest to extrapolation of the virtual practice community. The actions leave the virtual field and they are materialized as consequence of the union and engagement of those who are involved in them. It is inferred that the GPTAE community is concerned with collective learning, updating and management of the contents generated and disseminated among its members, as well as it encourages the sharing of knowledge through annual publications for *e-book* publishing.

Keywords: Communities of virtual practices. Communities of practices. CoP. Public management of administrative technicians in Education. GPTAE Team.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Teixeira Filho (2002, p. 67), conhecimento constitui a “integração de ideias, experiências, intuição, habilidade e lições de vida aprendidas”. No entanto, esse conhecimento tácito assume pouco valor em si mesmo, salvo se for devidamente aplicado ou, em outras palavras, socializado para que deixe de ser individual e se converta em conhecimento social e explícito ou em informação. Na condição de informação, circunda entre as mais diversas áreas do conhecimento, sendo compreendida como derivado do conhecimento tácito dos indivíduos.

Dentre os campos do conhecimento, destaca-se a Ciência da Informação (CI), que interage com os problemas de informação e de conhecimento na busca de explicações coerentes e concretas para compreendê-los e assimilá-los. Nesse sentido, refletir sobre o processo de criação e de compartilhamento de conhecimentos entre membros de uma comunidade de práticas, quando as mais diferentes ferramentas de comunicação são utilizadas e proporcionam uma via de mão dupla de informação que amplia os conhecimentos já apreendidos, também se configura como objeto de estudo da CI.

Partindo desse pressuposto, é nosso objetivo tornar pública a experiência sobre a comunidade de prática virtual “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação (GPTAE)” de universidades públicas e institutos federais, cujo foco de discussões entre os participantes versa, em sua essência, sobre gestão pública, recorrendo, para tanto, aos mais diversificados meios de comunicação.

A escolha pelo estudo da comunidade virtual GPTAE fundamenta-se no desejo de descrever os passos constitutivos de um modelo de comunidade de prática virtual exercitada exclusivamente pelo público ora referendado: servidores técnico-administrativos em Educação. Consideramos avanço observar a discussão da temática da gestão pública nessas comunidades virtuais, incluindo portais/sites, redes sociais e *blogs*, levando em conta que se trata de temática pouco explorada e, além do mais, favorece que conhecimentos, competências e habilidades individuais e coletivas dos servidores para que sejam comunicadas, socializadas e ampliadas entre os membros do grupo e, posteriormente, disseminadas via publicações científicas.

A metodologia empregada se coaduna com a abordagem qualitativa de estudo de caso realizado por meio de pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, uma vez que uma das autoras integra o GPTAE. Na opinião de Feldman-Bianco (2010), tal condição é também sinônimo de estudo intensivo de pequenas comunidades, adquirida pela convivência

entre o olhar crítico do pesquisador (membro organizador) e seu grupo / objeto pesquisado, no caso, comunidade virtual GPTAE. Enquanto pesquisa empírica, utilizamos a netnografia empregada para pesquisa no mundo virtual. Para Tafarelo (2014, p. 4), trata-se de “tecnologia da etnografia [...] [em que] a observação se restringe ao acesso pelo computador no mundo virtual da internet, em uma determinada comunidade ou em um determinado grupo”.

A estrutura teórica segue um arrazoado sobre criação do conhecimento e uma de suas estratégias, as comunidades de práticas (CoP), com ênfase nas comunidades virtuais, para adentrar na comunidade virtual GPTAE, discorrendo sobre sua formação, suas propostas, os papéis dos integrantes e os resultados conquistados pela CoP com as ações desenvolvidas.

2 CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao falar sobre criação do conhecimento, é pertinente dialogar com a teoria que a fundamenta. De acordo com Hessen (2000), a teoria do conhecimento se estabelece no interior da filosofia – entendida como totalidade das coisas em sua condição de “mãe” de todas as ciências – e se classifica em geral e especial. A primeira investiga a relação do pensamento com o objeto em geral, ou seja, a teoria geral do conhecimento focaliza os problemas nele contidos. A segunda, também conhecida como a teoria das categorias, trata de conceitos primitivos e fundamentais sobre a relação do pensamento humano sobre o objeto, mantendo relações estreitas com a metafísica geral ou ontologia.

Ainda segundo o autor supracitado, a verdade está no conhecimento do sujeito sobre o objeto como elementos construtores do conhecimento humano e de sua elaboração. Sua origem decorre da dualidade entre objeto e sujeito, relacionados, respectivamente, com a aproximação da experiência e da razão. Daí, podemos compreender que o conhecimento pode ser definido como determinação do sujeito (razão) pelo objeto (experiência), o que pressupõe que o objeto precisa ser questionado em todas as suas facetas. Essa concepção converge para que as experiências ocorridas nas CoP tornem-se objeto de estudo.

A esse respeito, Polanyi (1966) relaciona três aspectos do conhecimento que estabelecem diferenciação entre si. São eles: (1) a verdadeira descoberta não pode ser explicada por um conjunto de regras ou algoritmos articulados; (2) o conhecimento é público, mas é também, em grande medida, pessoal (ou seja, ele é socialmente construído); (3) o conhecimento que fundamenta o conhecimento explícito é mais fundamental.

Essa linha de pensamento infere que todo conhecimento é tácito ou enraizado em conhecimento tácito. Considera que o conhecimento tácito subjaz aos indivíduos *per se* e, por conseguinte, é pessoal e de difícil apreensão, porquanto advém das experiências de cada um, assume significativo valor. Portanto, como Machado (2004, p. 7) reforça, é “[...] imprescindível a permanente articulação entre elementos tácitos e explícitos na composição do conhecimento”. Na verdade, isso não constitui simples dedução ou inferência, mas habilidades que necessitam do conhecimento tácito para que sejam compreendidas. Saiani (2004) relaciona alguns exemplos de habilidades que dependem do conhecimento tácito, a exemplo da leitura de um mapa, da apreensão do significado de uma metáfora, da apreciação de uma poesia. Todas as aptidões dependem da experiência para que se entenda a linguagem utilizada, mas para quem possui a experiência, a explicitação pela linguagem de como se faz algo, pouco ou nenhum significado acrescenta.

Quer dizer, como o próprio Polanyi (1962, 1966) esclarece, regras sobre determinada arte são importantes e úteis, mas não são determinantes para que alguém, ao conhecê-las, pratique tal arte. Elas servem, sim, como guias para serem integradas ao conhecimento prático.

Isso posto, a socialização do conhecimento é preeminente graças à utilização de estratégias que visem ser experimentadas com o intuito de explicitar e disseminar o conhecimento tácito adquirido pelos cidadãos em sua vivência cotidiana, seja pessoal, profissional e/ou acadêmica. Afinal, como Roland (2006) afirma, e é consensual entre os teóricos em geral, se a ciência não é comunicada, não se torna pública, conhecida, utilizada, discutida e contradita. Em outras palavras, corre o risco de não se ampliar nem tampouco circular trazendo avanços à humanidade.

Nonaka e Takeuchi (1997), por sua vez, ao discutirem acerca da criação do conhecimento, concluem que a principal forma de geração é a dinâmica sistemática, permanente e contínua entre conhecimento tácito e conhecimento explícito, entendidos como unidades estruturantes e complementares. Logo, é através da articulação dos elementos tácito e explícito que as CoP, como estratégias de geração do conhecimento, favorecem a socialização dos novos e emergentes saberes.

2.1 COMUNIDADES DE PRÁTICAS

Comunidades de prática podem acontecer dentro ou fora das organizações. Desenvolvidas tanto na modalidade presencial quanto virtual, visam discutir uma prática que alguém sabe fazer, objetivando provocar mudanças. Na esfera das CoP, é pensado de que forma solucionar determinadas situações do dia a dia e, por conseguinte, permite-se avaliar como o conhecimento pode ser utilizado para a execução de ações e medidas cotidianas.

Teixeira Filho (2002) afirma que as CoP têm ligação estreita com o aprendizado coletivo, haja vista que consistem num dos caminhos para transmissão e compartilhamento de conhecimento tácito entre os seres humanos. Quanto mais oportunidades e ferramentas são utilizadas, maior a quantidade de conhecimento que se consegue transmitir. Decerto, os participantes das CoP mantêm interesses, afinidades e preferências em comum, o que justifica o afã de intercambiarem informações e compartilhem experiências do que aprenderam tacitamente e por meio da vivência a respeito de temas em discussão na CoP da qual fazem parte. Vencido o tema inicial do intercâmbio de informações e, sobretudo, de conhecimento, este é transformado, ampliado e, inevitavelmente, acrescido de novas facetas ou tópicos inovadores. Aliás, acrescentamos que uma comunidade pode ser iniciada de maneira informal, como numa *happy hour*, por exemplo, o que não impede sua formalização posterior se houver intenção dos membros iniciais.

Segundo Wenger (1998, 2010), a comunidade de prática pode ser entendida a partir da perspectiva de que a aprendizagem está na relação entre pessoa e mundo, de tal forma que se impõe como sistema de aprendizagem social mais amplo, incluindo práticas múltiplas, através das quais é possível a aprendizagem. Em sua percepção, são três os elementos fundamentais que uma CoP necessita possuir: domínio (tema de interesse); a própria comunidade (relação e interação entre os participantes); a prática – como ocorrem os fatos que interessam aos participantes.

No contexto, Chammé e Umeda (2010), apoiados em Kozinets (1998), Palácios (1996) e Recuero (2001), exibem, no Quadro 1, compilação dos elementos necessários à existência de uma comunidade virtual. Observamos, então, que os elementos mencionados podem ser utilizados como fundamento para identificar / analisar comunidades virtuais, tendo em vista que há consonância dos elementos constitutivos entre os diferentes autores que se dedicam ao tema.

Quadro 1 – Elementos necessários para uma comunidade virtual.

CONCEITO	AUTOR	RESUMO
Familiarização dos participantes entre si	KOZINETS (1998)	Familiarização Reconhecimento dos integrantes
Identidades reveladas		
Compartilhamento de linguagens, normas e símbolos específicos	KOZINETS (1998)	Compartilhamento de mensagens e símbolos específicos
Existência de formas próprias de comunicação	PALÁCIOS (1996)	
Esforço na manutenção e preservação do grupo pelos participantes	KOZINETS (1998)	Esforço na manutenção e preservação do grupo Estabilidade
Estabilidade na frequência de contatos entre participantes	RECUERO (2001)	
Permanência do grupo	PALÁCIOS (1996)	
Interatividade entre participantes	RECUERO (2001)	Interatividade
Sensação de pertencimento dos participantes à comunidade	RECUERO (2001)	Pertencimento e projeto comum
Sentimento de pertencimento	PALÁCIOS (1996)	
Ligação entre o sentimento de comunidade		
Caráter corporativo		
Emergência de um projeto comum		

Fonte: Adaptação de Chammé e Umeda (2010, p. 9).

2.2 COMUNIDADES VIRTUAIS

As redes eletrônicas de informação e de comunicação, ênfase para a internet, expandem de forma imensurável as oportunidades de contato entre as pessoas. Inexiste a exigência de dois ou mais indivíduos estarem conectados e *online*, simultaneamente, para a troca de informações, discussões, avanço de projetos, dentre outras possibilidades. Agora estamos mais acessíveis, pois a internet está disponível em quase tudo o que se faz ou se pensa. Segundo Fiorentini Júnior (2002, p. 9) a internet “é o esperanto que deu certo, a língua universal que faz com que todos possam interagir”. Por outro lado, exige apenas que se disponha de um instrumento que, no mais das vezes, é conduzido individualmente.

É assim que, na atualidade, as máquinas conectam pessoas. As tecnologias vieram somar, aproximar e vincular pessoas geograficamente e socialmente distantes, vencendo, pois, os limites convencionais geográficos e espaciais. Embora parem controvérsias sobre essa condição, em especial quanto à individualidade de cada um, as tecnologias de informação e de

comunicação (TIC) estão cada vez mais presentes em nossa vida pessoal e profissional, favorecendo interação *online* e em tempo real. Como decorrência, tal condição propicia que grupos se formem muito facilmente na rede, por intermédio de comunidades ou fóruns virtuais, sejam através de redes sociais, aplicativos de mensagens, correio eletrônico (*electronic mail* ou *e-mail*), entre outros recursos. Todos, em geral, objetivam agregar membros sociais, mediados por computador e/ou aparelhos telefônicos mais e mais sofisticados, que permitem aos participantes dos grupos compartilharem ideias, ideais, pensamentos e opiniões acerca dos mais variados itens.

Para Albuquerque (2010), tais grupos são nomeados de comunidades virtuais, ao se constituírem a partir de relações entre pessoas de grupos sociais oriundos da internet com a finalidade de aprofundar debates e discussões, de forma privada ou pública. Rheingold (1996) acrescenta que a conexão de grupos de pessoas na Grande Rede consiste em fato social contemporâneo e irreversível, atuando, com frequência, como profícua fonte de aprendizagem para indivíduos e coletividades. Complementando a ideia, segundo Jones (1997), as comunidades virtuais são uma espécie de espaço público de comunicação e de conteúdos gerados pelos membros que interatuam como agentes de interação social.

Na realidade, existem diversos exemplos deste tipo de comunidades: grupos de consumidores; estudantes; religiosos, profissionais das mais diferentes áreas etc. Algumas são formadas por relações casuais e interdependentes, enquanto outras se mantêm e se fortalecem. Dentre o conjunto de participantes, há os que adotam comportamento passivo: limitam-se a observar debates e controvérsias; visitam diferentes portais, *sites*, *blogs*; fazem *download* de arquivos e assim por diante. Há, porém, os que são participativos: envolvem-se nos grupos de discussão e contribuem significativamente para a construção de conhecimento.

O exposto reitera Recuero (2001), para quem a comunidade virtual é a expressão que nomeia agrupamentos humanos que emergem na esfera virtual, graças à comunicação mediada pelas redes de computadores (CMC). Em linha similar, o citado Teixeira Filho (2002) designa a comunidade virtual como espaços para diálogos e intercâmbio de opiniões sem limites de tempo e de espaço. Para sua constituição, é fundamental definir o que os membros esperam dela, que resultados pretendem obter, além de beneficiar os usuários com cinco ferramentas básicas: *e-mail*; página *HyperText Markup Language* (HTML ou Linguagem de Marcação de Hipertexto); mensagens instantâneas (*instant messengers*); *chat*; e busca (*search engines*).

As CoP presenciais ou virtuais representam, pois, oportunidades para construção de alianças com pessoas interessadas por um mesmo assunto. Logo, é importante que os idealizadores delimitem o público-alvo e assumam um tema para as discussões.

3 COMUNIDADE “GESTÃO PÚBLICA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

A partir da premissa de que as CoP devem demarcar público-alvo e temática, a comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação” define como alvo os técnicos administrativos em Educação (TAE) e como temática a gestão pública. Sob essa ótica, a GPTAE figura como iniciativa independente que objetiva propiciar à sociedade perspectiva realista sobre a categoria profissional dos TAE, incutindo nos profissionais a ideia de que são sujeitos produtores de conhecimento, o que demanda a divulgação de textos por eles produzidos via diferentes suportes, com ênfase, no caso, em capítulos de livros em formato digital, os designados *electronic books (e-books)*, incluindo, decerto, a produção intelectual de TAE oriundos de várias regiões e diferentes instituições de ensino superior (IES) brasileiras.

Portanto, a GPTAE é uma comunidade virtual pluriprofissional e multiterritorial, que engloba servidores da carreira técnico-administrativa em Educação de diversas IES brasileiras. Propõe-se a promover o incentivo à produção e à divulgação científico-tecnológica dos TAE por meio da edição de publicações técnico-científicas ou científicas via *e-books*, disponibilizadas no *blog* da comunidade, [https:// taepublicaartigoselivros.wordpress.com](https://taepublicaartigoselivros.wordpress.com). Materiais literários, informativos, didáticos e de outras naturezas são divulgados nas redes sociais, no próprio *blog* ou pelo *WhatsApp*.

Quer dizer, a GPTAE mantém como valores básicos compartilhar informações pautadas pela “ética, legalidade, impessoalidade e disciplina que diligenciam a melhoria do serviço público, estabelecendo a eficiência junto com a eficácia na melhoria do serviço público.” (GESTÃO PÚBLICA..., 2016, paginação irregular). Isso significa reiterar que o objetivo amplo da comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação” é refletir sobre práticas, experiências e conhecimentos desenvolvidos em prol dos servidores TAE nas instituições em que atuam, oportunizando, ao mesmo tempo, espaços para que possam publicar ações e/ou trabalhos desenvolvidos. Para a consecução do proposto, delimitam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) mostrar a competência e habilidades profissionais em contribuição com a atividade-fim da instituição na qual exerce suas atribuições;
- b) estabelecer comunicação e ampliação entre os projetos executados ou em execução pela categoria profissional;
- c) oportunizar espaço para publicação acadêmica e científica e expansão do projeto por instituições de ensino;
- d) elevar a autoestima e valorizar os projetos criados e desenvolvidos pela categoria, além de oportunizar uma visibilidade em nível mundial;
- e) publicar livros no formato digital, principalmente, e disponibilizar acesso gratuito para fins de ampla e eficiente divulgação quanto à produção científico-tecnológica dos técnicos administrativos em Educação no Brasil.
- f) propiciar uma visão mais realista com relação à categoria de TAE, buscando dar enfoque como produtor de conhecimento e colaborador eficaz diante de nossas instituições;
- g) publicar livros impressos quando a oportunidade surgir através das editoras pertencentes às instituições (GESTÃO PÚBLICA..., 2016, paginação irregular).

A esse respeito, Teixeira Filho (2002) chama a atenção para o fato de que as CoP são organismos sociais e, como tal, vivos e dinâmicos. Consequentemente, seguem o percurso inerente a qualquer ciclo de vida – nascimento, desenvolvimento, reprodução e, às vezes, morte. Cada uma das etapas apresenta traços característicos singulares e, por conseguinte, exige cuidados únicos. Sob seu ponto de vista, em geral, são sete as fases do ciclo de vida de uma CoP: (1) concepção e catalisação; (2) conexão entre os sujeitos; (3) compartilhamento; (4) construção gradativa e incessante de sentimento de confiança; (5) colaboração; (6) criação do conhecimento; (7) renovação.

3.1 PRELÚDIO E PROPOSTAS DA COMUNIDADE “GESTÃO PÚBLICA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

A princípio, um grupo de colegas TAE de diversas IES do Brasil, por meio de contatos estabelecidos numa comunidade virtual de remoção e redistribuição para servidores da carreira técnico-administrativa em Educação, forma uma rede social na Rede. *A priori*, a comunidade pretende trocar informações que favorecessem seus integrantes, viabilizando conquistar o deslocamento desejado. Assim, tudo iniciou em 2013, quando nove integrantes aceitaram o desafio de se reunir virtualmente para colocar em prática o desejo de muitos TAE de dar voz aos integrantes da carreira técnico-administrativa em Educação acerca de seu ambiente profissional, proporcionado pela gestão pública direcionada ao ensino público de nível superior e de nível básico, técnico e tecnológico.

Para realizar o anseio dos TAE envolvidos, a comunidade de prática recém- constituída (GPTAE) definiu o formato de *e-book* para publicizar o que pensam e produzem, ou seja,

trazer a público, a voz dos técnico-administrativos e, portanto, dando-lhes vez. A escolha do livro eletrônico se explica pela facilidade de aquisição e de acesso pela comunidade universitária e demais interessados, tendo em vista que se trata de suporte capaz de permitir a difusão das experiências compartilhadas pelos colegas nos artigos a serem selecionados. É assim, então, que começa a prática por parte dos integrantes sobre como publicar um *e-book*, preferencialmente, coletânea de artigos inéditos sobre gestão pública.

Segundo o documento oficial intitulado “Gestão pública: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais”, as etapas definidas e seguidas à risca podem ser assim sintetizadas: (a) elaboração e divulgação de comunicados para submissão de artigos; (b) estabelecimento de normas para seleção dos artigos; (c) avaliação e consequente seleção dos artigos; (d) seleção de editora para publicação do *e-book*; (e) edição, lançamento e divulgação do livro eletrônico.

3.2 COMPETÊNCIAS DOS INTEGRANTES DA COMUNIDADE “GESTÃO PÚBLICA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

Os membros GPTAE se comprometem a exercer juntos e voluntariamente as atividades preestabelecidas, de forma profícua, mediante dedicação e estímulo pessoal e profissional. A eles cabe o “papel de atuar de forma ética e comprometida com a missão, objetivos e funções que lhes forem atribuídos durante o período de execução e publicação de um novo volume da coletânea de *e-book* da GPTAE.” (GESTÃO PÚBLICA..., 2016, paginação irregular). Portanto, após definidos os objetivos da CoP, torna-se indispensável, para fins de seu desempenho efetivo, especificar e delimitar papéis dos integrantes de acordo com afinidade / domínio / interesse.

A formação atual da GPTAE conta com sete organizadores de IES de Norte a Sul do Brasil. Entendidos como coorganizadores e iguais hierarquicamente, a eles compete o gerenciamento de todas as etapas e da produção bibliográfica da comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação.” Em síntese, são atribuições da equipe organizadora:

[...] atuar como auxiliares na formulação da política editorial do *ebook* (cronograma, comunicados, quantidade de artigos, revisão final dos artigos para publicação, decisões conjunta), definir a forma e os critérios de seleção de membros para equipe organizadora e técnica (quando necessário), realizar contato, avaliação e orientação aos membros da equipe técnica, o contato com as opiniões dos leitores e autores que

submetem seus artigos, e de atentos guardiões na qualidade global do *ebook*. (GESTÃO PÚBLICA..., 2016, paginação irregular).

A equipe técnica, por sua vez, constituída em 2015, é formada por 15 avaliadores de texto e 10 revisores das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com competência para atribuir conceitos / notas aos artigos submetidos à GPTAE sobre conteúdo e forma.

3.3 COMUNIDADE VIRTUAL: “GESTÃO PÚBLICA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

Considerando que a GPTAE é uma comunidade de prática virtual formada, como mencionado, por membros pluriprofissionais e multiterritoriais, é imprescindível criar, manter e administrar recursos de comunicação e ferramentas básicas para comunidades virtuais, a fim de que seja possível o estreitamento das relações entre os membros. Segundo Teixeira Filho (2002), algumas delas são específicas para comunicação entre os membros das equipes, enquanto outras contemplam interessados em gestão pública.

A princípio, com a finalidade de gerenciar as atividades da GPTAE e dar prosseguimento às etapas de publicação dos *e-books*, a comunidade recorre às ferramentas *blog*; grupo em rede social – *Facebook*; dois grupos em aplicativo de mensagens – *WhatsApp*; *softwares* de troca de mensagens instantâneas – *Skype*. Em suma, são recursos que permitem aos organizadores interagir e socializar o conhecimento, até porque possibilitam responder questionamentos dos TAE; atualizá-los sobre tópicos pertinentes à categoria, independentemente de questões político-partidárias; publicação e disseminação de comunicados entre as IES públicas brasileiras; divulgação de estatísticas (acesso aos *e-books*, ao *blog*, à quantidade de inscritos e outros itens); informações sobre eventos para a categoria e para a comunidade interessada em participar, seja como convidado ou como autor de trabalhos desenvolvidos.

As ações e iniciativas da GPTAE são idealizadas e construídas com a plataforma gratuita *WordPress.com*, compatível com seu porte e seus objetivos, além de fundamentadas em *blog* para edificar e consolidar sua identidade. A plataforma permite acesso a *downloads* gratuitos dos *e-books*, além da comunicação ágil com os demais TAE em território nacional, independentemente de ser autor ou leitor dos livros, e, ainda, com a população mundial interessada na temática e nas iniciativas da GPTAE. Do mesmo modo, acontece com o grupo

mantido no *Facebook*, que desempenha função semelhante ao *blog*, como instrumento de comunicação, interagindo com os seguidores a partir de postagens atraentes ao campo da gestão pública. Isto é, ao tempo em que contribui para a imagem que se forma sobre esta CoP, as ferramentas utilizadas conciliam a missão da GPTAE de investir e suscitar o interesse na pesquisa científica, um dos elementos fundamentais de qualquer entidade de ensino superior dentre os TAE de instituições públicas brasileiras de ensino básico, técnico e tecnológico, em consonância com o prescrito no documento-base *Gestão Pública...* (2016).

Há, ainda, a comunidade virtual administrada no *WhatsApp*. No caso, são mantidos dois grupos. O primeiro deles reúne os organizadores, responsáveis pela gestão da GPTAE e a quem compete deliberar questões diversas referentes à edição dos *e-books*, além de organizar eventos de interesse dos técnicos administrativos e de outras ações-meio. Ademais, este segmento se comunica virtualmente via *Skype*, o qual permite acesso gratuito ao intercâmbio de mensagens instantâneas e grupo de chamadas via *webcam*, isto é, chamada de voz e vídeo. Com frequência, essa ferramenta é adotada para deliberar sobre questões importantes, como convites ou seleção de novos organizadores.

O segundo grupo congrega a equipe técnica para a troca de informações e de orientações sobre procedimentos para avaliação dos artigos submetidos, a cada ano, além de assumir o encargo de dirimir eventuais dúvidas dos membros. Acrescentamos que os dois segmentos usam, com constância, outra ferramenta básica para as comunidades virtuais, qual seja, o *e-mail*. Os membros se comunicam trocando mensagens entre si e com os autores, como também realizam compartilhamento de arquivos por meio do *Google Drive*, quando os arquivos podem ser editados por representantes das equipes.

4 EFEITOS DA COMUNIDADE “GESTÃO PÚBLICA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

O trabalho desenvolvido pela GPTAE até então, final de 2016, apresenta, como resultado da socialização do conhecimento, dois volumes de coletâneas publicados em formato *e-book* pelas editoras Digital Books e Pontocom, respectivamente, em 2014 e 2015 (Figura 1). São eles intitulados, respectivamente, “A gestão pública na visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais” e “A gestão pública: visão dos técnicos administrativos em Educação das IFES.”

Figura 1 – Capa dos volumes um e dois dos *e-books* da comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação”.



Fonte: Chaves *et al.* (2015); Santos *et al.* (2014).

Tal edição atende a múltiplos objetivos específicos da equipe apresentados na grande seção três, intitulada “Comunidade “gestão pública dos técnicos administrativos em Educação”, sobretudo, no que se refere ao teor das alíneas a, b, c, d, e, f, excluindo-se tão somente o item g, alusivo ao material impresso. Retomando-se os demais, estes se referem, respectivamente, à necessidade de mostrar a competência e habilidades profissionais dos TAE; assegurar comunicação e expansão de seus projetos; favorecer espaço para sua produção intelectual; incrementar a autoestima dos técnicos administrativos; editar *e-books*; e, por fim, chamar a atenção das potencialidades dos TAE como produtores de novos saberes e, portanto, como colaboradores vitais das IES. Como adendo, acrescentamos que os custos para publicação dos volumes são divididos igualmente entre todos os membros (organizadores e equipe técnica) e com os autores dos artigos. Este procedimento se aplica, porquanto a GPTAE prima pela equidade entre todos os participantes, embora o ônus dos custos não seja comum em publicações sob a responsabilidade de servidores docentes.

Quando da editoração do primeiro volume dos *e-books*, não se registra delimitação de temas para os autores em oposição ao segundo. Após os organizadores deliberarem que, anualmente, seria lançada nova coletânea, à época, selecionaram-se nove áreas temáticas para a submissão de artigos, com vistas a fornecer diretrizes aos autores, a saber: (a) gestão pública; (b) gestão de pessoas nas IES; (c) capacitação e qualificação de servidores; (d) práticas de ensino, pesquisa e extensão; (e) ética na gestão pública e princípios da administração pública; (f) realidade das instituições federais de ensino e orçamento público; (g) técnicos administrativos nas instituições de ensino: aspectos sobre qualidade de vida, segurança, saúde e cultura organizacional no ambiente laboral das universidades públicas e

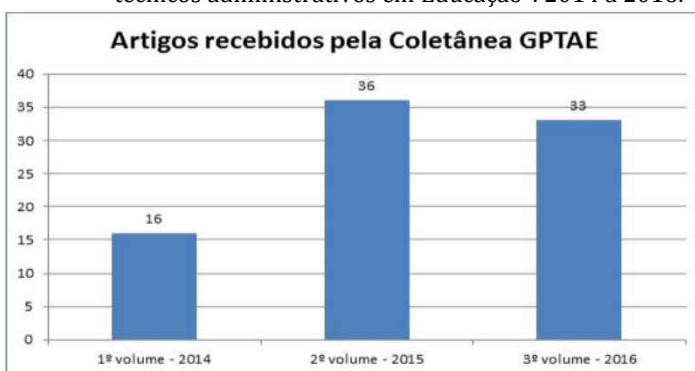
institutos federais; (h) sustentabilidade ambiental nas instituições públicas de ensino superior; (i) gestão de documentos públicos.

O primeiro volume traz 10 artigos publicados por 16 autores TAE de sete instituições. Abrange temáticas variadas, a exemplo de extensão universitária à extensão tecnológica; valores e motivação nas universidades; ampliação do fazer do assistente social; assédio moral no trabalho; valorização do servidor público e atos discricionários da remoção e redistribuição; avaliação de desempenho; ciência para todos. Em se tratando do segundo volume, são 17 artigos escritos por 22 autores TAE de 16 instituições, contemplando também temas variados, a exemplo de qualidade no serviço público; flexibilização da jornada de trabalho para os técnicos administrativos; programa de monitoria; auxílio-transporte; gestão documental; avaliação de desempenho docente; atração, retenção e evasão de talentos; gestão pública e expansão do ensino superior brasileiro.

A diversidade de tópicos apresentados nos dois volumes evidencia quão ricas e variadas são as facetas da atuação dos TAE nas IES do Brasil e também demonstra que as práticas da GPTAE têm sido coerentes com os objetivos preconizados. De forma similar, ocorre com o volume três, publicado em dezembro de 2016, incluindo 18 artigos dos 33 submetidos, sob a responsabilidade de 35 autores TAE de 16 instituições.

A esse respeito, o Gráfico 1 sintetiza o quantitativo de artigos submetidos para avaliação entre 2014 e 2016, deixando antever o total de *papers* não aceitos para publicação. Em síntese, em 2014, foram 16 artigos recebidos, dos quais 10 compõem o primeiro volume. No ano de 2015, a demanda de *papers* chega a 36 artigos, com a edição no volume dois de menos da metade dos artigos submetidos, ou seja, os citados 17. Em 2016, como dito, a GPTAE compôs o volume três com 18 *papers*.

Gráfico 1 – Quantitativo de artigos submetidos à avaliação dos *e-books* da comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação”: 2014 a 2016.



Fonte: GESTÃO Pública: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais (2016).

Os números do Gráfico 1 corroboram a pressuposição de que os TAE vêm aderindo à proposta da GPTAE. O confronto entre os três anos comprova incremento sistemático da produção. São dados que nos permitem inferir que os TAE estão se sentindo mais motivados a publicar, reforçando a proposta da GPTAE, direcionada para a produção e a divulgação técnico-científica dos servidores públicos brasileiros da carreira técnico-administrativa em Educação (GESTÃO PÚBLICA..., 2016).

A previsibilidade de publicar atos institucionais alusivos, sejam administrativos, científicos ou acadêmicos, está explícita no Artigo 37 da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988, grifo nosso), que diz: “[...] a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência.” E, de fato, como o Gráfico 2 sumariza, cresce, gradativamente, o número de IES brasileiras interessadas na proposta da GPTAE, seja participando na submissão de artigos para os *e-books* ou na condição de integrantes da equipe técnica, Gráficos 1 e 2.

Gráfico 2 – Quantitativo de instituições brasileiras com técnicos administrativos em Educação interessados na publicação de artigos nos *e-books*: 2014 a 2016.



Fonte: GESTÃO Pública: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais (2016).

A divulgação, por parte dos TAE, das práticas diárias, incluindo atos administrativos, publicações acadêmicas e/ou científicas, respalda que os técnicos administrativos em Educação socializem conhecimentos sobre procedimentos que exercem diretamente, como prevê a Carta Magna. Adicionalmente, a ampla disseminação tanto dos conteúdos produzidos

pela categoria dos TAE nas coletâneas da GPTAE quanto da difusão de obras veiculadas no meio acadêmico brasileiro, aliados às propostas-base da GPTAE, oportuniza convites para discussão de temas relacionados ao avanço da carreira técnico-administrativa em Educação e seu papel para a efetivação da gestão pública das IES no Brasil, a saber:

- a) III e IV Seminário de Integração dos Técnicos Administrativos em Educação (SINTAE), 2015 e 2016, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o tema central “Divulgação do conhecimento em publicações eletrônicas”;
- b) I Seminário de Gestão Pública da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), setembro de 2016, com a temática “A gestão pública sob a visão dos TAE”;
- c) montagem de pôster no VI Simpósio de Profissionais (SIMTEC) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), setembro de 2016, com o trabalho “Gestão Pública: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais.”

Os referidos chamamentos à GPTAE ampliam a chance de atingir vários objetivos específicos propostos já referendados na seção três (alíneas a, b, d, e, especialmente, a alínea f), que põe em foco a urgência de favorecer visão mais realista com relação à categoria dos TAE, buscando reforçar sua posição como produtora de conhecimentos e colaboradora efetiva das instituições, como também antes mencionado.

5 CONCLUSÃO

Retomamos, aqui, o objetivo central do artigo, no sentido de apresentar a comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação” (GPTAE) como um grupo que, lançando mão das estratégias características das CoP, tende a ampliar e desenvolver conhecimentos consolidados e/ou recém-gerados entre os integrantes advindos de diferentes regiões e instituições brasileiras de ensino superior. Os dados coletados e analisados via pesquisa documental, bibliográfica e observação participante, com abordagem qualitativa e uso de netnografia, fortalecem a inferência de que os resultados apontam para extrapolação da comunidade de prática virtual.

As ações rompem o campo virtual e se materializam na coesão e no engajamento dos envolvidos em território nacional, não importa se estão próximos ou distantes

geograficamente, até porque o que une é a meta comum a todos – acreditarem nos objetivos de socialização dos conhecimentos, o que corresponde a pensarem, escreverem e publicarem sobre gestão pública em suas instituições. Identificam-se, neste momento, elementos necessários a qualquer comunidade virtual compendiados por Chammé e Umeda (2010), Quadro 1. Dentre eles: familiarização, reconhecimento dos integrantes, compartilhamento de mensagens e de símbolos singulares, esforço na manutenção e na continuidade do grupo, interatividade, pertencimento e projeto comum, todos estes itens presentes na CoP GPTAE.

Sem dúvida, a comunidade GPTAE preocupa-se com o aprendizado coletivo, com a atualização e a gestão dos conteúdos gerados e disseminados entre seus integrantes e demais TAE, como também estimula o compartilhamento sistemático de saberes via editais anuais para publicação de *e-books*. Para tanto, a comunidade “Gestão pública dos técnicos administrativos em Educação” dá suporte a seus integrantes, por meio do acesso a recursos comunicacionais e à infraestrutura tecnológica, além do elemento humano capacitado, contribuindo, pois, para o sucesso do grupo. Na verdade, o investimento, em grande parte, está relacionado ao fator tempo doado pelos TAE para o deslançar de atividades proíficas à categoria, sem contar o pagamento de taxa de publicação junto às editoras, o que, aliás, não se dá com docentes-autores, o que deve ser visto como ponto a ser submetido junto à Administração Superior das IES, porque parece injustificável.

Por fim, esperamos que outros estudos possam ser realizados, contemplando aspectos de comunidades de práticas virtuais, além do intuito de incutir o desejo de criação de novos grupos de TAE em instituições e/ou organizações de diferentes naturezas, sempre com a finalidade de discutir a diversidade de temas relacionados à vivência dos técnicos administrativos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. M. F. **Ciberativismo do consumidor**: retaliação e vingança em comunidades virtuais antimarca. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHAMMÉ, P. S.; UMEDA, G. M. A formação de comunidades virtuais no ambiente dos weblogs. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 15., 2010, Vitória, ES. Anais...* Vitória, ES: ESPM, 2010.

CHAVES, E. A. de O. *et al.* (Org.). **Gestão pública**: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais. Salvador: PontoCom, 2015. v.2.

FELDMAN-BIANCO. B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2010.

FIorentini JÚNIOR, B. Prefácio. *In*: TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Comunidades virtuais**: como as comunidades de práticas na internet estão mudando os negócios. Rio de Janeiro: SENAC, 2002. p. 7-10.

GESTÃO Pública: a visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais (GPTAE). 2016. Disponível em: <<https://taepublicaartigoselivros.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JONES, S. G. (Org.). **Virtual culture**: identity & communication in cybersociety. California: Thousand Oaks, 1997.

KOZINETS, R.V. On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. *In*: ALBA, J.; HUTCHINSON, W. (Ed.). **Advances in Consumer Research**. Provo, UT: Association for Consumer Research, 1998. p. 366-371.

MACHADO, N. J. Apresentação. *In*: SAIANI, Cláudio. **O valor do conhecimento tácito**: a epistemologia de Michael Polanyi na escola. São Paulo: Escrituras, 2004.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PALÁCIOS, M. Cotidiano e sociabilidade no ciberespaço. *In*: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). **O indivíduo e as mídias**: ensaios sobre a comunicação, política e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 87-104.

POLANYI, M. The logic of tacit inference. *The Journal of the Royal Institute of Philosophy*, v. 41, n. 155, jan. 1966, p. 01-18.

_____. **Personal knowledge towards a post-critical philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

RECUERO, R. C. Comunidades virtuais: uma abordagem teórica. **Ecos Revista**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 109-126, 2001.

RHEINGOLD, H. **The virtual community**: table of contents. [S.l. : s.n.], 1996. Disponível em: <www.well.com/user/hlr/vcbook/index.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

ROLAND, Marie-Claude. Convite aos pesquisadores para uma reflexão sobre suas práticas de pesquisa. *In*: VOGT, Carlos (Org.). **Cultura científica**: desafios. São Paulo: FAPESP, 2006. p. 56-83.

SAIANI, C. **O valor do conhecimento tácito**: a epistemologia de Michael Polanyi na escola. São Paulo: Escrituras, 2004.

SANTOS, A. I. dos *et al.* (Org.). **A gestão pública na visão dos técnicos administrativos em Educação das universidades públicas e institutos federais**. São Paulo: Digital Books, 2014. v. 1.

TAFARELO, C. S. C. Análise crítica entre etnografia e netnografia: métodos de pesquisa empírica. *In*. INTERPROGRAMAS DE MESTRADO FACULDADE CÁSPER LÍBERO, 9., 2014. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2014.

TEIXEIRA FILHO, J. **Comunidades virtuais**: como as comunidades de práticas na internet estão mudando os negócios. Rio de Janeiro: SENAC, 2002.

WENGER, E. **Communities of practice**: learning, meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, E. Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. *In*. BLACKMORE, C. (Ed.). **Social learning and communities of practice**. Londres: Springer-Verlag, 2010. p. 179-198.

SOBRE AS AUTORAS

Jacqueline de Castro Rimá

Mestranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Bibliotecária-Documentalista da UFPB. Atua como Diretora da Biblioteca Setorial Maria do Socorro Vásquez.
E-mail: jacquelineerima@gmail.com

Joana Coeli Ribeiro Garcia

Professora Titular do Departamento de Ciência da Informação e do PPGCI/UFPB. Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: nacoeli@gmail.com

Maria das Graças Targino

Professora do PPGCI/UFPB e coordenadora do curso de Alfabetização e Letramento do Centro de Educação Aberta a Distância da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
E-mail: gracatargino@hotmail.com

Recebido em: 13/12/2016; **Revisado em:** 21/04/2017; **Aceito em:** 22/04/2017.

Como citar este artigo

RIMÁ, Jaqueline de Castro; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças. Comunidades de práticas virtuais dos técnicos administrativos em educação de instituições de ensino superior. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 8-27, jan./jun. 2017.